



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 15643/2021–BCB/Deorf/GTSP3

Processo 189661

São Paulo, 15 de julho de 2021.

À

Renascença Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Alameda Santos, 1940 - 12º Andar – Cerqueira César

01418-102 São Paulo – SP

A/C dos Senhores Fabio Vinicius Muniz - Diretor de Operações e Ulisses Ricardo Muniz -
Diretor Administrativo-Financeiro

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Alteração Contratual de 22 de abril de 2021:

- a) nomeação dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem nomeados até 30 de abril de 2023:

CPF	Nome	Cargo
270.442.218-40	Fabio Vinicius Muniz	Diretor de Operações
277.416.718-39	Ulisses Ricardo Muniz	Diretor Administrativo-Financeiro
324.146.298-60	Bruno Mota Teixeira de Gouvêa	Diretor
220.752.428-01	Fabio Ribeiro dos Santos	Diretor

- b) alteração contratual.

2. Deverá essa sociedade, promover, de futuro, ato societário para regularizar o prazo de mandato do Ouvidor, no Contrato Social, nos termos do disposto no inciso III do artigo 8º da Resolução nº 4.860, de 2020.

3. Deverá também, essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos nomeados, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

4. Anexamos o contrato social consolidado com as alterações aprovadas no referido ato societário.

Atenciosamente,

Lucio Mario Ferreira
Gerente-Técnico

Milton Tadeu Augusto
Coordenador Substituto



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CONTRATO SOCIAL DA RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/ME 62.287.735/0001-03

NIRE 35.201.032.367

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade é uma sociedade empresária limitada, com duração por prazo indeterminado, e gira sob a denominação de “**RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**”, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.940, 12º andar, Cerqueira César, CEP 01418-102, regendo-se pelo presente Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis à sociedade empresária limitada, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade tem como objeto social:

- (a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissão de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- (d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- (e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (f) exercer funções de agente fiduciário;
- (g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- (h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (i) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- (j) praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- (k) realizar operações compromissadas;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- (l) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;
- (m) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência;
- (n) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (o) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários.

CLÁUSULA TERCEIRA – É vedado à Sociedade:

- (a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamento a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação da conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;
- (b) cobrar de seus comitentes, corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociação com determinado valor mobiliário durante o período de distribuição primária;
- (c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central do Brasil;
- (d) dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral em Bolsa de Valores; e
- (e) celebrar contratos de mútuo, tendo por objeto o empréstimo de recursos financeiros com pessoas físicas e jurídicas não financeiras.

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social é de R\$ 27.002.626,56 (vinte e sete milhões, dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos), dividido em **606.528** (seiscentas e seis mil, quinhentas e vinte e oito) quotas, no valor nominal de R\$44,52 (quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído entre os Sócios:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

QUOTISTAS	NÚMERO DE QUOTAS	VALOR R\$	%
<i>FABIO VINÍCIUS MUNIZ</i>	275.973	R\$ 12.286.317,96	45,50%
<i>ULISSES RICARDO MUNIZ</i>	275.973	R\$ 12.286.317,96	45,50%
<i>FABIO RIBEIRO DOS SANTOS</i>	27.291	R\$ 1.214.995,32	4,50%
<i>BRUNO MOTA TEIXEIRA DE GOUVÊA</i>	27.291	R\$ 1.214.995,32	4,50%
TOTAL	606.528	R\$ 27.002.626,56	100%

Parágrafo Único - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

CLÁUSULA QUINTA – A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – As Reuniões de Sócios realizar-se-ão a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem, mediante convocação, por escrito, de qualquer dos Sócios, com antecedência 5 (cinco) dias de antecedência, admitindo-se a convocação mediante correio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outro meio escrito de comunicação (com aviso de recebimento), devendo constar da respectiva convocação, a data, hora e local em que ocorrerá a sessão, além da respectiva ordem do dia.

Parágrafo 1º – As deliberações serão tomadas com a aprovação dos votos representativos de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, competindo aos Sócios adotarem as medidas exigidas pelo Acordo de Sócios arquivado na sede social.

Parágrafo 2º – Das reuniões serão lavradas atas assinadas pelos presentes. Será dispensada a realização de Reunião ou Assembleia de Sócios quando todos os Sócios decidirem por escrito a matéria submetida a apreciação e o voto a ser proferido.

Parágrafo 3º – O Sócio poderá ser excluído da Sociedade por falta grave, em reunião especialmente convocada para esse fim na forma do art. 1.030 do Código Civil, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social. Os haveres do Sócio excluído serão apurados e pagos na forma do Acordo de Sócios arquivado na sede social, ressalvados os prejuízos, perdas e danos que eventualmente tenha causado à Sociedade.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CLÁUSULA SÉTIMA – A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, sócios ou não, eleitos no Contrato Social, sendo designados **Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Operações e Diretores Sem Designação Específica**.

Parágrafo 1º – O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, estendendo-se, em qualquer hipótese, até a investidura dos sucessores.

Parágrafo 2º – São designados para administrar a Sociedade os seguintes Diretores, com mandato até 30 de abril de 2023:

- (i) Como **Diretor Administrativo-Financeiro**: Ulisses Ricardo Muniz, acima qualificado;
- (ii) Como **Diretor de Operações**: Fabio Vinícius Muniz, acima qualificado;
- (iii) Como **Diretores Sem Designação Específica**: Fabio Ribeiro dos Santos e Bruno Mota Teixeira de Gouvêa, todos acima qualificados.

Parágrafo 3º – Os Diretores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 4º – Os Diretores farão jus a uma remuneração cujo valor será fixado em Reunião de Sócios, por maioria de votos, e levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

Parágrafo 5º – Tendo em vista o disposto no artigo 1.011 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), somente poderão tomar posse e ser investidos em seus cargos os Diretores que não estejam impedidos por lei especial de exercer a administração da Sociedade, que não tenham sido condenados e que não se encontrem sob o efeito de condenação, por: (i) pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão e peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA – A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- (i) Isolada do Diretor Administrativo-Financeiro ou do Diretor de Operações;
- (ii) Isolada de qualquer diretor, inclusive de um Diretor Sem Designação Específica, no caso de cumprimento, pela Sociedade, de obrigações (i) relativas a seus funcionários, incluindo pagamento de folha de salários, bônus, gratificações, verbas rescisórias e homologação de rescisões, recolhimento de contribuições e outras verbas ou encargos incidentes sobre folha de pagamentos; e (ii) de natureza fiscal ou previdenciária, quer se trate do pagamento ou recolhimento de impostos ou contribuições, além de outras obrigações materiais, quer de obrigações formais;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- (iii) de dois Diretores Sem Designação Específica, para atos que envolvam obrigação, contratação ou renúncia de direitos, no valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) por operação ou série de operações combinadas ou similares;
- (iv) por um Diretor Sem Designação Específica com um procurador, desde que constituídos na forma do Parágrafo 2º abaixo e para atos que envolvam obrigação, contratação ou renúncia de direitos, no valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) por operação ou série de operações combinadas ou similares; e
- (v) por dois procuradores, desde que constituídos na forma do Parágrafo 2º abaixo com expressos e especiais poderes.

Parágrafo 1º – Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada isoladamente por um Diretor sem designação específica ou por um único procurador, desde que tal prerrogativa conste expressamente do respectivo mandato, e, em qualquer caso, envolvendo atos perante: (i) órgãos, repartições públicas ou autoridades Federais, Estaduais ou Municipais, incluindo agências ou postos da Receita Federal ou de Secretarias de Fazenda Estaduais ou Municipais, (ii) cartórios, (iii) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, (iv) admissão ou demissão de funcionários, ou (v) reuniões ou assembleias de sociedades ou fundos das quais a Sociedade participe, poderá ser realizada por qualquer Diretor agindo isoladamente, ou, ainda, por um único procurador, desde que constituído na forma do Parágrafo 2º abaixo com expressos e especiais poderes.

Parágrafo 2º – Para a outorga de procurações a Sociedade será representada pelo Diretor Administrativo-Financeiro ou pelo Diretor de Operações. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ter prazo de validade máximo de 1 (um) ano e vedar o substabelecimento, exceção feita a procurações para advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão não estar limitadas no prazo e admitir o substabelecimento, desde que com reserva de iguais poderes.

CLÁUSULA NONA – Compete aos Diretores, cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a lei lhes outorga para assegurar o funcionamento regular da Sociedade, ficando, outrossim, investidos de mais os seguintes, observados os limites previstos na Cláusula Oitava:

- (a) ter sob sua guarda e responsabilidade todos os títulos e valores mobiliários da Sociedade, ou a ela confiados;
- (b) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas e firmar compromissos;
- (c) alienar, adquirir e onerar bens e conferir direitos;
- (d) constituir mandatários ou procuradores, especificando no instrumento de procuração, a vigência, os atos e operações que poderão praticar.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Parágrafo Único - É vedado a qualquer Sócio ou Diretor o uso da denominação social para conceder aval ou fiança.

CLÁUSULA DÉCIMA – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao levantamento do balanço patrimonial e demonstração de resultado econômico. Semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, serão levantados balanços gerais. A critério da administração, a Sociedade poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 1º – A Sociedade, a critério dos sócios, poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e, com base nos mesmos, distribuir lucros ou aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo 2º – Mediante deliberação de Sócios que representem a maioria do capital social, a Sociedade aprovará a distribuição de lucros ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, podendo determinar que tais pagamentos sejam feitos sem guardar proporção com as respectivas participações no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – As quotas do capital social são indivisíveis e a sua transferência a terceiros estranhos à Sociedade só poderá ser efetuada em consonância com o que previsto no Acordo de Sócios arquivado na sede social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A Sociedade não se dissolverá por morte, interdição, insolvência ou retirada de qualquer dos Sócios, observando-se, em tais situações, o quanto previsto no Acordo de Sócios arquivado na sede social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Ocorrerá a dissolução da Sociedade quando 75% (setenta e cinco por cento) do capital assim o determinar.

Parágrafo Único – A Sociedade poderá adotar outro tipo societário por deliberação de sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social. Neste caso, os sócios, desde já, renunciam ao seu direito de retirada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A Sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social e nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicando-se, de acordo com o parágrafo único do artigo 1.053 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A Fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A Sociedade possui uma Ouvidoria, à qual incumbe assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Parágrafo 1º - São atribuições da Ouvidoria da Sociedade:

- (i) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição, assim entendido o atendimento habitual realizado em quaisquer pontos ou canais de atendimento, incluídos os correspondentes no País e o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de que trata o Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008;
- (ii) atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- (iii) informar à diretoria da instituição a respeito das atividades de ouvidoria.

Parágrafo 2º - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;
- (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- (iv) manter a diretoria da instituição informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e
- (v) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Parágrafo 3º - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação.

Parágrafo 4º - A Sociedade deverá:

- (i) manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, de forma que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo 5º - No que diz respeito à pessoa responsável por atuar com Ouvidor, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) compete à Diretoria, a qualquer tempo, em instrumento separado de reunião de Diretoria, designar e destituir o Ouvidor, cujo prazo de mandato será por tempo indeterminado;
- (ii) a escolha do Ouvidor deverá recair em pessoa que reúna as seguintes condições: (A) conhecimento do funcionamento da Sociedade, (B) seja considerado(a) apto(a) em exames de certificação, na forma da regulamentação em vigor, (C) que não atue ou seja responsável pela unidade de administração e negociação de produtos e serviços, em especial gestão de recursos de terceiros; pela unidade de gestão de riscos; ou pela unidade executora da atividade de auditoria interna;
- (iii) dentre as suas atribuições, deverá o Ouvidor fornecer os dados necessários e dar o necessário suporte para que a Diretoria possa elaborar o relatório semestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, assim como divulgar semestralmente, no sítio eletrônico da Sociedade, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria; e
- (iv) a destituição do Ouvidor se dará quando referido ouvidor não atender às disposições previstas neste Contrato Social e na regulamentação em vigor.